

## ESPECIALIDADE

41) Com relação aos cuidados com tanques de gasolina de aeronaves fabricados com tecido impregnado de borracha, é correto afirmar que

- a) devido às possíveis reações químicas, não devem ser reutilizados.
- b) devem ser armazenados em embalagem provida de bujão vedador.
- c) **devem ser armazenados em embalagem original, até sua instalação.**
- d) não há restrição quanto ao seu empilhamento, descarte e transporte.

**JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: LETRA “C”**

Os tanques devem ser armazenados e mantidos na embalagem original do fabricante até serem instalados nos aviões. O Manual (MCA 67-1/2007) não faz referência às causas e reutilização dos tanques. A embalagem provida de bujão vedador é utilizada para armazenamento de mangueiras de borracha, quando ocorre a impossibilidade de armazená-las em embalagens originais. Existe restrição quanto ao empilhamento dos tanques, ou seja, deve-se evitar esse procedimento e restrição quanto ao transporte, ou seja, deve-se transportar com cuidado, o Manual (MCA 67-1/2007) não menciona o descarte. (Pág. 249, subitens 10.10.5 e 10.10.6).

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico. Manual de Suprimento: **MCA 67-1**, 2007.

42) Em uma pilha eletroquímica, no anodo, há uma tendência de

- a) aumentar o número de íons em estado de oxidação menos elevado na solução em torno dele.
- b) diminuir a concentração dos íons do metal na solução em torno dele.
- c) diminuir o número de elétrons livres na fase metálica.
- d) **diminuir a massa do eletrodo.**

**JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: LETRA “D”**

No anodo há uma tendência de diminuir a massa do eletrodo. Ocorre o aumento do número de íons em estado de oxidação mais elevado na solução em torno dele, o aumento da concentração dos íons do metal na solução em torno dele e o aumento do número de elétrons livres na fase metálica. (Pág. 20, subitem 3.2.2).

GENTIL, Vicente **Corrosão**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

43) As partículas sólidas, sob a forma de poeiras, são consideradas substâncias poluentes. Existentes na atmosfera, as partículas sólidas a tornam mais corrosiva devido à constatação de deposição de

- a) material metálico igual ao da superfície em que estiver depositado.
- b) **material não-metálico, como a sílica (SiO<sub>2</sub>).**
- c) de substâncias que não retêm umidade.
- d) ácidos que são eletrólitos fortes.

**JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: LETRA “B”**

As partículas sólidas tornam a atmosfera mais corrosiva devido à constatação de deposição de material não-metálico, como a sílica (SiO<sub>2</sub>); deposição de material metálico diferente ao da superfície em que estiver depositado; deposição de substâncias que retêm a umidade e deposição de sais que são eletrólitos fortes. (Pág. 57, subitem 7.1.2).

GENTIL, Vicente **Corrosão**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

- 44)** De acordo com a Previsão de Consumo (ICA 75-1 – Combustíveis e lubrificantes), a necessidade de quantidades extras destinadas ao atendimento de missões extraordinárias recebe o nome de
- a) consumo extra.
  - b) revisão de cotas.**
  - c) repasse de crédito.
  - d) adiantamento da cota.

**JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: LETRA “B”**

**A primeira alternativa** “consumo extra” **é incorreta**, pois diz respeito às necessidades não previstas pela revisão de cotas, conforme subitem 2.3.1 da ICA 75-1/00.

**A segunda alternativa** “revisão de cotas” **é correta**, é “a necessidade de quantidades extras em cada exercício, destinadas ao atendimento de missões extraordinárias”, conforme item 2.2 da ICA 75-1/00.

**A terceira alternativa** “repasse de crédito” **é incorreta**, pois é um meio através do qual “a DIRENG estudará a possibilidade de concessão do reforço”, conforme subitem 2.3.3 da ICA 75-1/00.

**A quarta alternativa** “adiantamento da cota” **é incorreta**, pois é um meio através do qual “a DIRENG estudará a possibilidade de concessão do reforço”, conforme subitem 2.3.3 da ICA 75-1/00.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Engenharia da Aeronáutica. Combustíveis e lubrificantes: **ICA 75-1/00**. 28 abril 2000. 19p.

- 45)** De acordo com a Aquisição e Fornecimento (ICA 75-1 – Combustíveis e Lubrificantes), as Organizações poderão adquirir produtos em quantidades diferentes das cotas estabelecidas, desde que
- a) através de solicitações de reforço de dotação orçamentária.
  - b) após o repasse de crédito do OCSTS para a OM adquirente.
  - c) mediante realização de processo licitatório, favorável à Aeronáutica.
  - d) a OM não sinta falta do combustível adquirido em menor quantidade.**

**JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: LETRA “D”**

**A primeira alternativa é incorreta**, pois “o procedimento do item anterior não servirá de justificativa para as solicitações de reforço de dotação orçamentária”, conforme subitem 2.3.2, letra e, da ICA 75-1/00.

**A segunda alternativa é incorreta**, pois “a aquisição de combustíveis e lubrificantes deverá ser feita: após o repasse de crédito do OCSTS para a OM adquirente”, conforme item 3.3, letra b, da ICA 75-1/00.

**A terceira alternativa é incorreta**, pois “a aquisição de combustíveis e lubrificantes deverá ser feita: mediante realização de processo licitatório”, conforme item 3.3, letra a, da ICA 75-1/00.

**A quarta alternativa é correta**, conforme subitem 3.2.2, letra d, da ICA 75-1/00.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Engenharia da Aeronáutica. Combustíveis e lubrificantes: **ICA 75-1/00**. 28 abril 2000. 19p.

**46)** Analise as assertivas a seguir, com base na Resolução CONAMA nº 362/05 - Recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.

- I. A combustão ou incineração de óleo lubrificante usado ou contaminado são consideradas formas de reciclagem ou destinação.
- II. É obrigação do gerador de óleo lubrificante usado manter, para fins de fiscalização, os documentos comprobatórios de compra e o certificado de coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado pelo prazo de 10 anos.
- III. O produtor e o revendedor de óleo lubrificante acabado, bem como o gerador de óleo lubrificante usado são responsáveis pelo recolhimento do óleo lubrificante usado ou contaminado, nos limites das atribuições previstas nesta resolução.

É correto afirmar o que se aponta **somente** em

- a) I.
- b) II.
- c) III.**
- d) II e III.

**JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: LETRA “C”**

**A assertiva I está incorreta**, conforme o Art. 13º: “A combustão ou incineração de óleo lubrificante usado ou contaminado não se entende como formas de reciclagem ou destinação”.

**A assertiva II está incorreta**, conforme o inciso V do Artigo 18º que determina a obrigação do gerador de óleo lubrificante usado manter, para fins de fiscalização, os documentos comprobatórios de compra e o certificado de coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado pelo prazo de 5 anos.

**A assertiva III está correta**, “O produtor e o revendedor de óleo lubrificante acabado, bem como o gerador de óleo lubrificante usado são responsáveis pelo recolhimento do óleo lubrificante usado ou contaminado, nos limites das atribuições previstas nesta resolução”, conforme o Art. 5º.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. **Resolução CONAMA nº. 362**: Recolhimento, coleta e destinação de óleo lubrificante usado ou contaminado. 23 de junho de 2005.

**47)** Com relação aos prazos aplicados aos Contratos Administrativos, é correto afirmar que o prazo

- a) de vigência inicia com a assinatura do contrato e engloba o prazo de execução, recebimento e o último prazo previsto para o pagamento.**
- b) para recebimento de obras e serviços poderá ser provisório, assinado pelas partes em até 30 dias, e definitivo, com prazo máximo de 120 dias.
- c) de execução estabelece o prazo de etapa concluída; excepcionalmente, este prazo pode ser superior a 90 (noventa) dias da assinatura do contrato.
- d) de prorrogação será contado a partir da emissão do termo de recebimento ou similar, firmado por agente da administração competente para tal.

**JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: LETRA “A”**

Conforme definido no subitem 16.2.5.4.4, “Prazos” (pág. 8 e 9), o prazo:

de vigência inicia com a assinatura do contrato e engloba o prazo de execução, recebimento e o último prazo previsto para o pagamento;

para recebimento de obras e serviços poderá ser provisório, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado, e definitivo, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, no prazo máximo de 90 (noventa) dias;

de execução estabelece o prazo de entrega do bem, da execução da obra ou do serviço; e

de prorrogação deve estar previamente definido no Edital e transcrito para o contrato.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica. **MCA 172-3**: Manual de execução orçamentária, financeira e patrimonial do Comando da Aeronáutica. Atualizado em: 12 jun 2014. Módulo16.

**48)** De acordo com o CTB - Capítulo IX – Da Segurança dos Veículos, informe se são falsas (F) ou verdadeiras (V) as afirmativas abaixo e, a seguir, indique a opção com a sequência correta.

- ( ) Onde não houver linha regular de ônibus, a autoridade com circunscrição sobre a via poderá autorizar o transporte de passageiros em veículo de carga.
  - ( ) O equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo é obrigatório para os veículos de transporte de passageiros com mais de 11 lugares.
  - ( ) São equipamentos obrigatórios dos veículos, entre outros: encosto de cabeça e dispositivo destinado ao controle de emissão de gases poluentes e de ruído.
  - ( ) Os veículos em circulação terão suas condições de segurança e controle de emissão de gases poluentes avaliadas mediante inspeções obrigatórias estabelecidas pelo CONTRAN.
- a) F - V - F - V  
b) F - F - V - V  
**c) V - F - V - F**  
d) V - V - F - F

**JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: LETRA “C”**

**A primeira alternativa é verdadeira:** “Onde não houver linha regular de ônibus, a autoridade com circunscrição sobre a via poderá autorizar o transporte de passageiros em veículo de carga.”, conforme Seção II, Artigo 108 do CTB.

**A segunda alternativa é falsa:** O equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo é obrigatório para os veículos de transporte e de condução escolar e para os veículos de transporte de passageiros com mais de 10 lugares, conforme o item II do Artigo 105 do CTB.

**A terceira alternativa é verdadeira:** “cinto de segurança” e “dispositivo destinado ao controle de emissão de gases poluentes e de ruído”, são equipamentos obrigatórios dos veículos, conforme os itens I e V, ambos do Artigo 105 do CTB.

**A quarta alternativa é falsa:** Os itens de segurança serão avaliados mediante inspeções obrigatórias estabelecidas pelo CONTRAN e o controle de emissão de gases poluentes e ruído será avaliado pelo CONAMA, conforme o Artigo 104 do CTB.

BRASIL. **Código de Trânsito Brasileiro/CTB.** Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Que institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, 2007.

**49)** De acordo com as penalidades aplicadas aos contratados em Contratos Administrativos é correto afirmar que

- a) o atraso no prazo de execução das etapas previstas no Termo de Garantia implicará à contratada a aplicação de multa.
- b) quando a contratada infringir obrigações ajustadas no contrato, sofrerá a aplicação de multa, sem concessão prévia de advertência.
- c) todas as penalidades a serem aplicadas, as situações em que se aplicam, os valores e a periodicidade da sanção deverão estar previstos no Edital e no Contrato.**
- d) as penalidades serão aplicadas pelo Agente do Controle Interno da UG, exceto a Declaração de Inidoneidade, que é de competência do Ordenador de Despesas da UG.

**JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: LETRA “C”**

Conforme definido no subitem 16.2.5.4.9, “Penalidades”, pág. 13:

todas as penalidades a serem aplicadas, as situações em que se aplicam, os valores e a periodicidade da sanção deverão estar previstos no Edital e no Contrato;

o atraso no prazo de execução das etapas previstas no Cronograma Físico-financeiro implicará a aplicação de multa;

quando a contratada infringir obrigações ajustadas no Contrato, ser-lhe-á concedida, formalmente, pela Fiscalização, prazo para a contratada sanar as irregularidades; e

as penalidades serão aplicadas pelo Ordenador de Despesa da UG, exceto a Declaração de Inidoneidade, a qual é de competência exclusiva de Ministro de Estado.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica. Manual de execução orçamentária, financeira e patrimonial do Comando da Aeronáutica: **MCA 172-3.** Atualizado em 12 jun 2014. Módulo 16.

**50)** De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, o processo de habilitação, as normas relativas à aprendizagem e a autorização para conduzir ciclomotores serão regulamentados pelo CONTRAN. Diante do exposto, informe se são falsas (F) ou verdadeiras (V) as sentenças abaixo e, a seguir, indique a opção com a sequência correta.

- ( ) O condutor que desejar obter habilitação deve ser penalmente imputável.
- ( ) As informações do candidato à habilitação serão cadastradas no RENACH.
- ( ) A autorização para conduzir veículos de propulsão humana e de tração animal ficará a cargo dos Estados.
- ( ) O equipamento automotor destinado à movimentação de cargas só pode ser conduzido na via pública por condutor habilitado nas categorias C ou E.

a) V – F – V – F

b) F – F – V – V

c) V – V – F – F

d) F – V – F – V

**JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: LETRA “C”**

**A primeira sentença é verdadeira:** “devendo o condutor preencher os seguintes requisitos: I – ser penalmente imputável”, conforme item I do Artigo 140 do CTB.

**A segunda sentença é verdadeira:** “As informações do candidato à habilitação serão cadastradas no RENACH”, conforme o parágrafo único do Artigo 140 do CTB.

**A terceira sentença é falsa:** “A autorização para conduzir veículos de propulsão humana e de tração animal ficará a cargo dos municípios”, conforme o parágrafo primeiro do Artigo 141 do CTB.

**A quarta sentença é falsa:** “O equipamento automotor destinado à movimentação de cargas só pode ser conduzido na via pública por condutor habilitado nas categorias C, D ou E”, conforme o Artigo 144 do CTB.

BRASIL. **Código de Trânsito Brasileiro/CTB.** Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Que institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, 2007.